

Introdução

O projecto de investigação «Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses em Perspectiva Comparada» (CEAPP), sediado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e dirigido por António Barreto (coordenador-geral), André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães (coordenadores executivos), tem vários objectivos, que podemos sintetizar em três grandes orientações¹. Primeiro, estudar o comportamento eleitoral e as atitudes políticas dos portugueses nas eleições legislativas portuguesas de 2002, realizando para tal um inquérito pós-eleitoral. Segundo, estudar os comportamentos eleitorais e as atitudes políticas dos portugueses durante as cerca de três décadas de democracia (1975-2002). Terceiro, recolher todos os dados (secundários) disponíveis que nos permitissem cumprir aqueles dois objectivos, bem como disponibilizar os dados produzidos/recolhidos à comunidade (em Portugal e no estrangeiro), particularmente à comunidade académica, e divulgar os resultados encontrados.

Ao longo dos últimos quatro anos, para além de um seminário de apresentação de dados em 2005, foram realizadas três conferências internacionais (2002, 2003 e 2005). Publicaram-se já dois volumes analíticos com os resultados produzidos², para além de vários artigos publicados em revistas académicas nacionais e internacionais. No domínio das publicações em revistas académicas, merecem realce os dois números especiais da revista *Análise Social: Eleições e Democracia*, n.º 167, e *Eleições de Segunda Ordem: Portugal no Contexto Europeu*, n.º 177. Várias das bases de dados recolhidas foram ainda publicadas em suporte electrónico, acom-

¹ Para uma exposição mais detalhada, v. André Freire (2005), «Introdução», in *Análise Social*, vol. XL (177).

² André Freire e Pedro Magalhães (2002), *A Abstenção Eleitoral em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais; André Freire, Marina C. Lobo e Pedro Magalhães (orgs.) (2004), *Portugal a Votos: As Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais. Este último livro vai ser publicado em língua inglesa pela Lexington Books neste ano de 2007.

panhando dois volumes³. Para além disso, estas bases de dados foram arquivadas no APIS (Arquivo Português de Informação Social, o banco de dados português para as ciências sociais), no banco de dados alemão (*Zentral Archiv*), um dos mais ricos bancos de dados da Europa, assim como na sede de um dos dois projectos internacionais nos quais o CEAPP está filiado (*The Comparative Study of Electoral Systems*). Os dados recolhidos e produzidos pelo projecto CEAPP estão, por isso, completamente acessíveis à comunidade, tendo vindo a ser crescentemente utilizados tanto em Portugal como no estrangeiro.

O presente volume, *Eleições e Cultura Política: Portugal no Contexto Europeu*, representa, pois, o terceiro e último volume analítico produzido na primeira edição do projecto CEAPP e recolhe parte das comunicações apresentadas na terceira conferência internacional organizada no seu âmbito, intitulada «Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas: Portugal no Contexto Europeu». Os artigos reunidos neste volume são significativamente heterogéneos, seja em termos de objectos de estudo específicos, seja em termos de enfoques analíticos. Porém, se quiséssemos definir alguns dos traços de união entre os diferentes trabalhos, diríamos que a sua preocupação fundamental foi estudar o caso português, quer numa perspectiva longitudinal (período democrático), quer comparando-o com outros países europeus. Por outras palavras, estes estudos ultrapassam uma das limitações inerentes no anterior *Portugal a Votos*, cujos capítulos se tinham concentrado, na maioria dos casos, no estudo aprofundado de um único acto eleitoral e num único país.

Do ponto de vista substantivo, os vários capítulos incidem sobre dois temas genéricos: a cultura política ou o comportamento de voto. A primeira parte do volume é composta pelos textos que analisam diversas dimensões da cultura política portuguesa. O capítulo 1, de André Freire, incide sobre o significado e os correlatos de «esquerda» e «direita» na cultura política dos portugueses. Conforme relata o autor, a literatura sobre os factores que explicam as orientações esquerda-direita dos cidadãos das democracias ocidentais aponta para três componentes fundamentais: social, valorativa

³ André Freire, Marina C. Lobo, Pedro C. Magalhães e Ana Espírito-Santo (2003), *As Eleições Legislativas de 2002: Inquérito Pós-Eleitoral — Base de Dados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais; André Freire, Marina C. Lobo, Pedro C. Magalhães e Ana Espírito-Santo (2005), *Comportamentos e Atitudes Políticas, 1973-2002 (Inquéritos e Bases de Dados)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

e partidária. Estudos anteriores revelaram que a componente social tinha um impacto muito reduzido e, talvez por isso mesmo, tal dimensão tem sido muito pouco estudada. O autor demonstra, contudo, que tal subalternização da dimensão social das orientações esquerda-direita não é correcta e que as distorções da literatura anterior resultaram da sua insuficiente especificação. Num estudo comparativo que inclui doze países europeus (Portugal, Espanha, França, Grã-Bretanha, Alemanha, Áustria, Itália, Países Baixos, Dinamarca, Bélgica, Suécia e Irlanda), o autor demonstra que, quando a componente social é correctamente especificada (em três dimensões: estrutural, organizacional e identitária), a mesma é bastante importante para explicar as orientações esquerda-direita dos cidadãos, quer em termos absolutos, quer em termos relativos. Mais, tal deve-se sobretudo à crescente importância das «identidades sociais», independentemente das posições ocupadas pelos eleitores na estrutura social, fenómeno que o autor interpreta como um indicador de uma síndrome de tipo pós-moderno (ou pós-materialista).

O artigo seguinte, de Braulio Gómez Fortes, volta a reflectir sobre o significado e as implicações do posicionamento ideológico dos eleitores, mas de um ângulo diferente e inovador. Para além de revelar a resiliência das noções de esquerda e direita como forma de compreensão da vida e luta políticas em Portugal, o autor evidencia que a ideologia pode funcionar como um amortecedor dos efeitos de uma conjuntura económica recessiva na avaliação do governo pelos simpatizantes do(s) partido(s) que o apoia(m). Porém, numa demonstração dos efeitos assimétricos do voto económico, prova-se que tal efeito amortecedor funciona sobretudo à direita, já que os eleitores socialistas são bem «duros» e «pragmáticos» na punição dos governos apoiados pelo seu partido pela sua ineficácia na gestão macroeconómica, fazendo com que o PS, face ao maior partido à sua direita (PSD), seja menos capaz de reter os eleitores que lhe estão ideologicamente mais próximos. Finalmente, o autor contesta a ideia de que as vitórias do PS se situam fundamentalmente ao centro: nas vitórias de 1995 e de 2005 a mobilização da esquerda e da extrema-esquerda terá tido um papel determinante.

José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria abordam o tema da abstenção, revelando, antes de mais, um enfraquecimento generalizado do poder explicativo dos factores sociológicos sobre a decisão de não votar, havendo sinais do crescimento de uma «absten-

ção política», ditada pelas avaliações conjunturais do funcionamento do sistema político. Por outro lado, do ponto de vista comparativo, os autores chamam a atenção para uma diferença entre os países do Centro e do Norte da Europa, com um historial democrático mais longo e sistemas partidários mais institucionalizados, e os países do Sul da Europa, democracias mais recentes. Nos primeiros, os aspectos que mais parecem fazer diferença na propensão dos indivíduos para exercerem o direito de voto estão ligados ao seu grau de envolvimento cívico e político em geral. Nos segundos, pelo contrário, os factores ligados ao grau de integração social (em particular a situação conjugal e a prática religiosa) continuam a ter um papel significativo, acompanhados por uma concepção «tradicional» do voto que o associa à obediência a normas sociais.

Concluindo a parte do livro dedicada à cultura política, Michael Baum e Ana Espírito-Santo analisam os padrões de desigualdade de género na participação e nos posicionamentos políticos em Portugal, procurando perceber até que ponto a propensão das mulheres para serem menos politicamente activas do que os homens e para manifestarem posicionamentos ideológicos tendencialmente distintos deles terá mudado nos últimos vinte anos. Os autores mostram, em primeiro lugar, sinais de convergência entre as posições ideológicas de homens e mulheres, com as segundas a afastarem-se progressivamente de posições ideologicamente mais conservadoras que tradicionalmente as caracterizaram em comparação com os homens, uma tendência também existente noutros países e que tem sido explicada pelos efeitos da modernização sócio-cultural e da transformação dos papéis sociais da mulheres. Em segundo lugar, os autores mostram como, no que diz respeito às atitudes e comportamentos políticos — e em particular àqueles que geram maior propensão para a participação política —, o diagnóstico é misto. Por um lado, quer no que respeita à participação eleitoral — onde, de resto, as diferenças entre homens e mulheres nunca foram significativas —, quer em relação a outros modos de participação convencional ou não convencional (pertença a partidos, participação em manifestações, assinar petições, etc.), apesar de as diferenças entre homens e mulheres continuarem a existir, tem-se verificado a sua diminuição progressiva. Por outro lado, esta mudança vem ocorrendo independentemente da manutenção (ou mesmo do agravamento) de outras diferenças sistemáticas entre homens e mulheres, em particular as que dizem respeito ao interesse decla-

rado pela política, à discussão política e à exposição aos meios de comunicação social.

A segunda parte do livro incide directamente sobre o estudo dos factores que explicam as opções de voto e, logo, ajudam a configurar o sistema partidário. O capítulo 5, da autoria de um conjunto de quatro autores espanhóis e portugueses, ressuscita um debate que se julgava em vias de esgotamento nas democracias ocidentais, neste caso o do impacto político da religiosidade. Fá-lo, como se poderá verificar, por boas razões. Após passarem em revista uma série de indicadores de religiosidade em Portugal e Espanha no contexto europeu, os autores mostram como, após uma longa sequência de eleições pós-democratização em que as divisões religiosas pareciam não coincidir com as divisões político-partidárias, as eleições mais recentes nos dois países revelam uma situação altamente contrastante. Apesar das semelhanças históricas, sociais e culturais entre os dois países — entre elas o papel da Igreja e do catolicismo —, enquanto o «voto religioso» continua praticamente ausente no caso português, ganhou uma importância capital no que diz respeito à escolha entre os dois maiores partidos espanhóis, PP e PSOE. Isto chama a atenção para dois aspectos centrais. Por um lado, para o facto de que a aparente ausência de uma clivagem religiosa na vida política não representa, necessariamente, o resultado de uma tendência estrutural de modernização sócio-cultural na sociedade. E, por outro lado, para o facto de que a politização das clivagens religiosas depende, em grande medida, da acção das elites partidárias e da sua disponibilidade e interesse em introduzirem na luta política temas susceptíveis de activarem e aumentarem a saliência dessa divisão social.

O capítulo seguinte, da autoria de Carlos Jalali, pretende analisar a importância das clivagens sociais na explicação do comportamento de voto para os dois maiores partidos numa perspectiva longitudinal, de forma a compreender o que distingue o voto nos dois partidos do centro. O autor dá um especial enfoque ao fenómeno PRD enquanto catalisador de mudança eleitoral sistémica. Os resultados demonstram que nem a religião nem a classe são particularmente úteis para distinguir o voto PS e PSD em 1983 e 2002. Ao contrário, a simpatia pelo líder e o autopoicionamento ideológico são factores preponderantes no campo centrista, embora este último factor tenha diminuído em importância nos últimos vinte anos. Os resultados estão também em conformidade com a noção de um efeito PRD que reforçou os dois partidos do centro

tanto a nível do sistema partidário como do eleitorado. Assim, esta análise fornece mais dados sobre o eleitorado centrista que vota nos dois maiores partidos.

Os dois capítulos seguintes abordam a questão da importância dos líderes na explicação do comportamento de voto de uma perspectiva comparada.

John Curtice propõe-se testar a hipótese de que os líderes partidários em regimes parlamentares hoje têm tanta influência no comportamento de voto como em regimes presidenciais. Utilizando dados para 27 partidos que concorreram em nove eleições presidenciais e 133 partidos que disputaram 28 eleições legislativas, Curtice mostra que os líderes continuam a ser um factor menos importante nas eleições legislativas do que nas eleições presidenciais. De seguida, Curtice determina que os regimes semipresidenciais, incluindo Portugal, apresentam valores intermédios, com os líderes sendo um factor explicativo mais potente (especialmente quando decorrem em simultâneo eleições presidenciais e legislativas) do que nos regimes parlamentares, mas menos importante do que nos regimes presidenciais. Existem também diferenças importantes entre regimes parlamentares, dependendo do sistema eleitoral utilizado e do tipo de sistema partidário existente no país. Confirmam-se as hipóteses de que, quanto maior a desproporcionalidade do sistema eleitoral e menor a dimensão do sistema partidário, maior a importância dos líderes no comportamento de voto. Além disso, as variáveis institucionais (tipo de sistema de governo, sistema eleitoral e sistema partidário) aumentam de forma considerável a variância explicada de um modelo que contemple apenas variáveis individuais, nomeadamente as clivagens sociais e o autoposicionamento ideológico. O autor discute ainda o caso português, comparando-o com a média dos restantes países. A grande importância dos líderes enquanto factor explicativo do voto fica a dever-se ao regime semipresidencial, ao sistema bipartidário e à fraca identificação partidária dos portugueses.

No capítulo seguinte, Marina Costa Lobo analisa a possibilidade de o eleitorado de tipos de partidos distintos atribuir diferentes graus de importância aos seus líderes. Para testar esta hipótese, vinte e um partidos de seis democracias são distribuídos pelos seguintes tipos partidários apresentados na recente tipologia de Gunther e Diamond: classe/massas, denominacional, programático e *catch-all*. A autora constrói um modelo de voto de forma a permitir determinar a importância relativa dos efeitos da liderança nos

votantes dos diferentes partidos em comparação com outros factores explicativos. Os dados mostram que o eleitorado dos partidos de massas é aquele em que os factores sócio-económicos têm mais impacto na explicação do voto. Além disso, os líderes têm um efeito reduzido na explicação do voto nestes partidos. A proximidade ideológica ao partido surge como factor determinante entre o eleitorado dos partidos programáticos. No entanto, e ao contrário do que sucede com os partidos de massas, em que o factor ideológico importava a par dos factores sócio-estruturais, este grupo de partidos distingue-se pela irrelevância destes factores na explicação do voto. Em relação ao partido *catch-all*, encontramos os únicos partidos presentes na amostra em que o principal factor explicativo do voto são os líderes, o que ocorre em metade dos casos. O capítulo mostra que o impacto dos líderes é muito menor entre partidos de massas do que entre partidos *catch-all* e que essas diferenças são estatisticamente significativas.

Finalmente, Thomas Gschwend, examina em pormenor o modo como as pessoas criam expectativas sobre o possível resultado das eleições no seu círculo eleitoral e apresenta, pela primeira vez, provas de que o voto estratégico⁴ pode ser observado e previsto até em sistemas de representação proporcional com círculos eleitorais de grande magnitude, como é o caso de Portugal. Neste estudo de caso sobre o nosso país, e empregando dados relativos ao período de 1975-2002 (eleições legislativas), o autor estima que um partido que não apresente hipóteses de obter qualquer representação seja estrategicamente abandonado, em média, por cerca de 3% dos votantes. Porém, este valor varia sistematicamente de acordo com a magnitude de cada círculo eleitoral. Ainda assim, mesmo para o círculo eleitoral de maior dimensão do país, Lisboa, Gschwend observa que o voto estratégico tem um impacto sistemático na proporção de votos dos partidos. Como é sabido, em Portugal o período iniciado em 1987 ficou marcado por significativas mudanças em relação ao período anterior (1975-1986) — crescente concentração do voto nos dois maiores partidos, crescente estabilidade governativa — e, conseqüentemente, uma maior proximidade ao modelo da «democracia maioritária». De certo modo, *a contrario* da literatura anterior sobre o tema, ou pelo menos fornecendo evidência empírica para aquilo que antes eram meras hipóteses

⁴ Também designado na literatura por «voto tático» ou «voto útil». Esta última é a designação mais usual em Portugal.

explicativas, o autor demonstra que há indícios de que o voto estratégico pode explicar uma (pequena) parte da tendência maioritária que se observa no sistema partidário português desde 1987.

Resta-nos agradecer a todos os financiadores do projecto CEAPP: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, *Tinker Foundation*, Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Comissão Nacional de Eleições, Fundação Calouste Gulbenkian, Ministério da Administração Interna, Ministério das Finanças e Instituto de Ciências Sociais. Sem eles este trabalho nunca teria sido possível, pelo que lhes é devido um vivo agradecimento. Não podemos deixar de expressar também o nosso sincero agradecimento a António Barreto, enquanto coordenador geral do projecto, bem como à Imprensa de Ciências Sociais, pelo apoio que desde sempre têm prestado a este projecto na publicação dos seus diferentes produtos. Agradecemos ainda o excelente apoio técnico de José Santana Pereira e da Ana Espírito-Santo.

Lisboa, Maio de 2007.

ANDRÉ FREIRE
MARINA COSTA LOBO
PEDRO MAGALHÃES